

CIDADE UNIVERSITÁRIA DE LISBOA. VAZIOS CHEIOS URBANOS OU AS GÊNESES ALIMENTADORAS DE EQUÍVOCOS

Patrícia Santos Pedrosa e-mail: patpedrosa@clix.pt
Universidade Politécnica da Catalunha

1. Ponto de partida

O território é tricotado e constrói-se através de uma miríade de actores e acções, necessariamente num exercício complexo e nem sempre compreensível na sua globalidade. Se os vazios urbanos são – de certo ponto de vista – elementos potencialmente transformáveis em acontecimentos e reelaboração no interior das cidades, o que fazer com tecido que se constituiu cidade consolidada – cheia – mas que, em termos de leitura e vivências, permanece como parco de coerência e mínima sensação de acontecimento urbana com sentido de unidade, como se de um vazio cheio urbano se tratasse?

A proposta de leitura desta questão acontece através do olhar lançado ao surgimento e primeiro desenvolvimento da Cidade Universitária de Lisboa. Isto, por pensarmos que será neste caso, possivelmente, a âncora movediça que desorienta o caminho. O modo como a génese deste território – programaticamente uno – é traçada marcará, a longo prazo, o seu carácter não coeso e de difícil apropriação urbano-simbólica. É a experiência actual deste pedaço de cidade quem assim o caracteriza.

As fragmentações e hesitações das ideias suportam e orientam o crescimento deste território. No cruzar deste objecto – a Cidade Universitária de Lisboa – com as suas referências históricas e com o enquadramento escolhido, esperamos lançar pistas para a leitura do carácter de incompletude de que alguns territórios, ainda que materialmente preenchidos, se constituam como talvez-vazios. Difíceis territórios estes, com a escassez vivencial de tantos vazios urbanos mas sem o potencial reelaborante que quase todos os tais vazios apresentam.

2. Os últimos anos da 1.ª República

A institucionalização da Universidade de Lisboa acontece somente em 1911¹. Apesar disso, e devido à carência de instalações, as exigências de melhores condições físicas já vem de trás. Quando em Julho de 1918, se instaura uma comissão para a escolha dos terrenos para receberem os “edifícios das Faculdades de Letras e de Direito da Universidade de Lisboa e para construir o corpo central administrativo da mesma Universidade”² uma coisa é deixada clara: não se encontra em discussão a necessidade de optar entre a adaptação e ampliação de edifícios existentes ou a construção de raiz.

O dia 10 de Maio de 1919 pode ser considerado como a inflexão do caminho da resolução do problema universitário lisboeta partindo do geral para o específico. A Escola de Farmácia e a Faculdade de Medicina vêm salvaguardados, em dois decretos distintos, os empréstimos necessários para que se possam resolver os problemas respectivos de carência de instalações. O Decreto n.º 5:558 concede um empréstimo de 500.000\$00 para a aquisição e construção do edifício para a instalação da Faculdade de Farmácia. Também se deveria adquirir, com este valor, o material e o mobiliário escolar necessários³. A Faculdade de Medicina, por seu lado, vê o valor do empréstimo de que beneficiará estabelecido em 2.000.000\$, “destinado à construção de edifícios para a instalação dos Institutos clínicos e outros estabelecimentos necessários ao ensino médico”. Para este efeito deveria ser constituída, por nomeação governamental, uma

¹ Cf. Decreto com força de lei de 22 de Março de 1911. Diário do Governo, n.º 68, II.ª série, 24 Março 1911, pp.126-2.

² Portaria da Secretaria de Estado da Instrução Pública de 4 Julho 1918. Diário do Governo, n.º 158, II.ª série, 8 Julho 1918, pp. 2182-83.

³ Cf. Decreto n.º 5:558. Diário do Governo n.º 98, I.ª série, 10 Maio 1919, pp.808-809.

comissão especial a quem seria entregue o empréstimo e que seria responsável pela “direcção das obras de construção dos referidos edifícios”⁴.

Quando a 20 de Fevereiro de 1920 é assinada a escritura que concretiza a compra de aproximadamente 149.000 m² no sítio da Palma de Cima (Universidade de Lisboa, 1928:71) fica marcado territorialmente o que virá a ser, com contornos ainda genéricos e não muito claros, a Cidade Universitária de Lisboa. A Comissão dos Edifícios Escolares (de Medicina) da Universidade de Lisboa apresenta ao Conselho Escolar, em Março, um relatório onde se pode ler:

Este terreno tem a área de que necessitamos; é plano, mas com um ligeiro declive; está situado a uma cota média de 90 metros, superior em altitude à do Campo Grande, constituindo com os terrenos vizinhos um extenso planalto. Perto dele existem terrenos em idênticas circunstâncias, convenientes para outras instalações universitárias, principalmente os que o prolongam para leste e chegam ao Campo Grande, na altura da sua extremidade meridional, perto do Mercado Geral de Gados. Uma vez conjugadas as novas construções com o plano de arruamentos previsto pela Câmara Municipal e já em principio de realização, os terrenos terão fácil acesso por duas avenidas perpendiculares ao Campo Grande e por outras que vão ao sítio do Rego, que lhe fica perto. Todas estas considerações, juntas às qualidades do terreno e ao valor das edificações que lá existem e que podem, em parte, ter aplicação futura, determinaram a comissão a fazer a compra dos terrenos (...). (Universidade de Lisboa, 1928:71)

O gesto fundacional referido acaba por acontecer sem que arquitecto ou urbanista algum tenham nele qualquer tipo de participação. Apesar de não se saber os detalhes que levam à compra destes terrenos, a realidade é que um conjunto de três professores da Faculdade de Medicina iniciam, com a grande responsabilidade que isso representa, a demarcação do território da futura Cidade Universitária de Lisboa. Não deixa também de ser interessante identificar, nas justificações apresentadas, a existência de uma vontade de agregação das instituições universitárias, ainda que sem efectivo planeamento desse caminho. A área disponível para o crescimento do tecido urbano universitário e o carácter acolhedor do terreno, esse “extenso planalto” de que faziam parte os terrenos adquiridos, predispõem o território para uma ocupação universitária, e os professores de medicina presentes na comissão estão disso conscientes. Não estarão, de qualquer modo, suficientemente conscientes a ponto de abandonar uma acção individual e propor a acção da Universidade como um todo. No interior da Universidade não deixam de ser apontadas críticas à prioridade dada, por parte do Governo, às ciências médicas, como verificamos no relato seguinte:

O outro facto, agradável de registar, consiste na satisfação parcial dada a antiga e justificada pretensão da Universidade, no que respeita às dotações de que necessita, para poder realizar a construção dos seus edifícios próprios. Mas esta satisfação, que classifiquei de parcial, foi na realidade não só incompleta como também incongruente. Pois, ao passo que se concede à Faculdade de Medicina uma verba razoável para poder construir edifícios, que lhe faltam, obedecendo a todos os requisitos modernos, e à Escola Superior de Farmácia uma cifra mais que suficiente para a instalação quasi luxuosa dos seus serviços, nem um centavo se dispensou para as construções destinadas aos serviços centrais da Universidade e às Faculdades de Letras e Direito, não obstante as nossas reiteradas instâncias e as condições precárias e deprimentes das suas actuais instalações. (Universidade de Lisboa, 1928: 4)

⁴ Decreto n.º 5:787 – 4J. Diário do Governo, n.º 98, I.ª série, 10 Maio 1919, pp.1178-1179.

Esta falta de equilíbrio distributivo dos fundos estatais surge, realmente, como facto de difícil compreensão, tendo em conta que, e segundo as informações diversas que nos chegam, as condições de instalação das referidas e carenciadas faculdades eram genericamente reconhecidas como insustentáveis para o digno ensino universitário a que estas instituições se proponham. A decisão tomada, em 1919, vai marcar o sentido do investimento que continua a privilegiar Medicina e Farmácia e que mais tarde, já alterada a situação política nacional, vai ser mantida, principalmente no que à Faculdade de Medicina diz respeito.

A 1.^a República vai, em Maio de 1926, menos de um ano depois destas discussões, sofrer um forte, ainda que esperado ou *natural*, revés. O golpe militar de 28 de Maio vai iniciar um redireccionamento profundo do país, durante quase cinquenta anos, o regime que António de Oliveira Salazar virá a encabeçar tentará, por todos os meios, transformar a realidade nacional numa quotidianidade tranquila, sem a instabilidade que a 1.^a República, na sua aprendizagem complexa, transformará em persistente e desconfortável característica dos seus anos de existência. O cansaço em que o país estava mergulhado fez com que, naturalmente, o golpe militar fosse recebido com razoável esperança numa nova ordem que se cumpriria debaixo de uma pesada mão, que depois se soube mostrar ordeira e cinzenta.

Aqui se encerra um episódio da Cidade Universitária de Lisboa que, e apesar das resistências existentes e da falta de ideia global que visasse a sua concretização, apresentava teoricamente tudo para ser concretizada e colocar Portugal no conjunto das diversas nações que procuravam realizar, nestas primeiras décadas do século XX, as suas aspirações universitárias, ou seja, que assistiam ao desenvolvimento e concretização dos seus projectos pedagógicos, urbanos e de edificações universitários. A estabilidade política com a qual estas décadas não contaram e que, a partir de finais dos anos 1920 se instala no país não foi garante automático da concretização a ritmo *justo* das aspirações territoriais da Universidade de Lisboa. Esta instituição a muito teria de assistir até à concretização do forte e natural desejo, até ao direito a uma existência efectiva no território da cidade.

3. Portugal, a arquitectura e os arquitectos

Desde a Antiguidade que a actividade arquitectónica tem no pensamento preestabelecido, fixado nessa altura através dos textos considerados sagrados, o seu interlocutor primordial (Kostof, 2000:6-8). A existência de um corpo de ideias suporta o agir arquitectónico, este reinterpreta e dá materialidade aos próprios conteúdos fixados, numa atitude de síntese que se supõe complexa e para a qual é necessária a estrutura cultural e intelectual que a torne possível. Ao longo da experiência humana os arquitectos são chamados a ler e a possibilitar a construção segundo as regras que superiormente se encontram estabelecidas, sendo, apesar de tudo, responsáveis por pequeníssima parte do território construído ao longo dos séculos. Os programas especiais aos quais são chamados a dar resposta, aliado muitas vezes às dimensões também elas especiais, levam-nos a estarem ao serviço do dinheiro e do poder: sejam estes a Igreja ou o Estado, os grandes proprietários ou as administrações (Kostof, 2000:3). Por outro lado, a cidade genérica constrói-se fruto das vontades e necessidades anónimas.

Em diversos momentos encontramos os arquitectos de maior importância e visibilidade possuidores de elevado grau de erudição e de alargado conhecimento de outros *misteres*. Esta proximidade entre o arquitecto e o que é o conhecimento erudito é um natural resultado da necessidade de o Homem recorrer à ajuda da *vontade e conhecimentos superiores*, no sentido de encontrar respostas para os problemas que lhe são levantados pela necessidades de produzir habitares diversos (Kostof, 2000:4-5). O empirismo não é, e quase nunca foi, julgado suficiente para as respostas especiais aos programas com maior peso simbólico.

Esta vertente de *solucionador* de problemas do universo urbano, como algo complexo, tende, pelo menos no território nacional, a desvanecer-se. De tal modo que se assiste, ao longo do século XIX português, a uma perda da noção do papel difícil do arquitecto, que se estabeleceu considerar como acção no domínio “dum sentimento principalmente estético”(Pardal Monteiro em Ribeiro, 1996:110) e onde – no final dos anos 20 e 30 do século XX – só através da aproximação aos *modus operandi* do engenheiro se pensava poder vir a recuperar. Apesar do carácter dual da arquitectura, a vertente de reflexão e crítica é, sucessivamente, esquecida ou secundarizada. A arquitectura é compreendida como coisa das acções estética e técnica, demorando mais um par de décadas até a situação começar a sofrer alterações. Será, também, a conservação de uma situação que mantinha a imagem do arquitecto como elemento cultural e socialmente pouco relevante. A envolvente alargada, que incluía a deficitária formação académica dos arquitectos, transformaria estes profissionais em parte conformista e cinzenta de um sistema, também ele estagnado e perpetuador, sem que estes tenham, na maior parte das vezes, nada a dizer ou acrescentar. Como afirma Nuno Portas “a produção de arquitectura torna-se [depois da renovação urbana pombalina] uma actividade menor, de modas estilísticas superficiais ou subsidiária da «construção»” (1978: 697).

O século XIX significa uma profunda alteração no tecido socio-económico dos espaços urbanos, com o crescente poder da burguesia liberal mas a cidade não se desenvolve à medida destas alterações. Este conjunto de poderosos proprietários urbanos procura a rentabilização do território através da sistematização de um modelo de ocupação em franca ascensão: o prédio de rendimento. Este surge assim como natural resposta à vontade de satisfazer a rentabilidade do cada vez mais importante negócio: *a cidade*. Ao arquitecto caberá, pontualmente, atravessar-se neste processo, sem rasgos de artista, e sem representar o seu secular papel de *chefe de orquestra*. Assim surge lentamente uma cidade que, na maior parte das vezes, “já não se projecta, resulta” (Portas, 1978: 694).

A fragilidade formativa e reflexiva tem como resultado, como refere Nuno Portas, que os reflexos da vanguarda internacional, de meados de 1920 até à década seguinte, só surgem nalgumas poucas obras construídas, que não chegam a ter força ou visibilidade para se “desenvolver[em] na teoria nem muito menos se propagar[em] no ensino oficial” (1978: 709). Deste modo, compreende-se a normalidade com que é olhada a transição e coexistência de um imaginário moderno ou racionalista, com outros de cariz mais localista ou, ainda, de um classicismo seco e vagamente monumental. Os desejos e as vontades, muitas vezes contraditórios e não sintetizados, levam a esta *esquizofrenia* formal, aceite com a mais desarmante das naturalidades. Mais uma vez, à falta de reflexão efectiva, o conceito de uma modernidade arquitectónica portuguesa encontrava-se nas mãos da possibilidade prática, ainda que, com mais ou menos intensidade, estivesse sempre presente a *sebastianica* busca do *actual-tempo-português-vestindo-a-glória-e-as-formas-do-passado*. As propostas caminham, tanto por parte dos arquitectos como por parte do Poder, no sentido de encontrar uma expressão de contemporaneidade na arquitectura do tempo, carregada do *ser português*, onde o carácter nacional da arquitectura deveria ser *descoberto*, sintetizado e sujeito a um uso sistemático. Este carácter da arquitectura que, como define Josep Maria Montaner, deverá satisfazer a identificação não abstracta dos elementos que constituem a mesma. Se o carácter da arquitectura moderna era naturalmente obtida através da relação directa da função com o rosto que tomava o edifício, mantendo a linear relação função/resultado formal obtido temos, por outro lado, a arquitectura académica à procura no imaginário comum, social e culturalmente consagrado, da criação de diálogo com os utilizadores através das linguagem reconhecível e a todos pertencentes (1997:96-97). É no seio desta última atitude que se procura encontrar a arquitectura nacional, e como se imagina, estes dois modos de agir arquitectónico são de difícil, ou mesmo impossível, compatibilização. Como consequência, encontramos a alternância como modo natural de responder a problemas específicos, resultando a orientação da

resposta das necessidades programáticas e às que corresponde, de um modo empírico, um suposto carácter específico. Moderno, nacional ou clássico? O programa e o encomendador decidem.

4. Os primeiros anos da 2.^a República – O Estado Novo

A década de 1920 trás a Portugal o desenlace para os republicanos tempos de instabilidade. Como resposta a uma crise que o regime liberal havia *incorporado*, instala-se, a 28 de Maio de 1926, a Ditadura Militar que evoluirá nos anos seguintes para o Estado Novo. Para suportar o Estado, e por oposição às “alegadas falácias da soberania popular”, as ideias, defendidas por uma elite que fazia parte das classes dirigentes, queriam transformá-lo num “Estado forte politicamente e interventor economicamente” (Rosas, 1992:9-10).

A compreensão de algumas das relações orientadoras e do modo como estas se estruturam permitirá que se possa entrar numa tentativa de estudo de significados dessas mesmas relações (Waisman, 1977:39-40). Pela amplitude de factores a que estão sujeitos, a arquitectura e o urbanismo relacionam-se com os diversos regimes político-económicos de modo suficientemente complexo e intrincado para que não se pretenda conseguir, no espaço deste texto, mais do que esboçar uma geral leitura deste tema. Genericamente é lugar comum reconhecer as múltiplas promiscuidades procuradas pelo poder junto destas produções, e as respostas encontradas, ou não, à altura deste desejo, por parte dos arquitectos e urbanistas, que junto com os engenheiros, constituem o conjunto de técnicos capazes de imprimir progresso à realidade física do país.

Também à arquitectura, aos arquitectos, António Salazar enviará uma inequívoca mensagem de convite à aproximação e à concretização de uma ideia de arquitectura portuguesa. Conversam António Ferro e Salazar, na extensa entrevista de 1932:

É pena que os novos arquitectos portugueses, onde se encontram rapazes de tanto valor, não se empenhem em criar um tipo de construções, para edifícios públicos, que esteja dentro da nossa época, mas, simultaneamente, dentro da nossa raça e do nosso clima. Suponho que eles seguem, com demasiada subserviência, os figurinos lá de fora, sem se preocuparem com a sua adaptação ao nosso meio. O resultado, daqui a poucos anos, é que não poderemos olhar para eles com prazer. Chego a supor que esses artistas tomam por motivos decorativos e modernos o que não passa duma defesa necessária em certos climas. (...) Este problema da arquitectura preocupa-me bastante, quando me lembro das verbas inscritas no orçamento destes anos para as obras públicas: muitas dezenas, ao fim centenas de milhares de contos! Não seria uma ocasião excelente para dar uma certa unidade à arquitectura oficial? [Responde Ferro:] Concordo e vou mais longe: Seria mesmo a oportunidade rara para oferecer aos vindouros a imagem definitiva, própria, do momento da renascença que estamos vivendo⁵. A Itália assim o está fazendo. Há hoje uma arte monumental fascista, discutível, mas inconfundível... E Salazar, modestamente: Não peço tanto... Longe de mim a pretensão ridícula de criar um estilo ou de inspirar um estilo. Contento ficarei se as obras a realizar forem portuguesas e simplesmente belas... (Ferro, 1935: 200-201)

Existia, de facto, como afirma claramente Salazar, uma natural vontade de ter, no seio do Estado Novo, uma arquitectura facilmente identificável. Marcada, mais que nada, pela descoberta e resposta efectiva à desejada formalização, capaz de representar a realidade nacional, uma arquitectura feita da mesma matéria que as ideias do ditador, uma dignidade *pequenina*, a escala ampliada da humildade de um país que era ainda,

5 O sublinhado é nosso.

principalmente, avesso a um tipo de desenvolvimento moderno, inevitavelmente contrário à ruralidade existente e, esta sim, espelho da alma e desejos de Salazar.

5. As contaminações e o estrangeiro

Na Primavera de 1955 o arquitecto M. Norberto Corrêa acompanha o Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, Prof. Gonçalves Rodrigues, numa “missão de estudo pela Europa, que demorará quarenta e cinco dias. O objectivo é estudar as instalações de estudantes e a lista de países visitados é ampla: França, Itália, Alemanha Ocidental, Dinamarca, Suécia, Noruega, Holanda e Bélgica. Desta investigação *in loco* resulta “Instalações Estudantes Universitários. Relatório” de M. Norberto Corrêa, terminado já em 1956. Este relatório é constituído por um volume de texto e dois de imagens, contendo o primeiro análises detalhadas de treze instituições visitadas. Esta seria a quinta e última viagem de estudo realizada por arquitectos e outros responsáveis para alimentar directamente o projecto para a área da Cidade Universitária de Lisboa, no período em análise.

Três anos antes, em 1952, Porfírio Pardal Monteiro visitara diversas bibliotecas europeias com o objectivo de estudar situações programaticamente idênticas ao que viria a ser o novo edifício da Biblioteca Nacional, nos terrenos próximos ao Campo Grande. Também para este edifício, em 1954, Manuel Santos Estevens, director da Biblioteca Nacional de 1951 a 1974, visita a América do Norte (Pacheco, 1998:192-193). Entre o final de 1948 e 1949, o mesmo Santos Estevens conheceu, durante sete meses, cerca de noventa instituições europeias distribuídas por cinco países: Reino Unido, Irlanda, Bélgica, Holanda e França (Estevens, 1953:5).

Década e meia mais cedo, em 1937, Porfírio Pardal Monteiro na companhia do ministro Duarte Pacheco visitara as cidades de Paris e Roma com a finalidade de estudar as respectivas cidades universitárias (Pacheco, 1998:97).

Esta incidência de viagens de estudo para a investigação dos programas a implantar no território da Cidade Universitária de Lisboa pode fazer supor uma situação de excepção e enorme envolvimento por parte do encomendador. A verdade é que, desde as primeiras décadas do século XX, a elaboração de um projecto para um programa importante estava normalmente associado a uma visita de estudo levada a cabo pelos arquitectos e/ou outros técnicos ou responsáveis pelo projecto. Muitas outras situações idênticas apontam para o que se assemelha a uma *tradição* metodológica face à importância e complexidade de alguns programas.

Porfírio Pardal Monteiro já tinha realizado, por duas vezes, viagens de estudo relacionadas com encomendas oficiais e outras tantas seriam mais tarde realizadas: em 1928, para o projecto do Instituto Superior Técnico viajara pela Europa e, em 1935, por causa das Gares que se encontrava a projectar para a capital, conheceu as de Génova, Nápoles, Trieste e Rochelle Pallicem. No final dos anos 40, em 1947, Pardal Monteiro visitará algumas congéneres europeias do que virá a ser o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e, cinco anos mais tarde, o ciclo fecha-se com a já referida visita a bibliotecas europeias (Pacheco, 1998:65, 95, 172 e 176).

Cottinelli Telmo fará o mesmo em pelo menos duas situações. Em 1927, e ao serviço da CP, visita o sanatório espanhol de Fuenfria e para o estudo da Cidade Universitária de Coimbra realiza, em 1946, uma viagem que inclui Paris, Itália e Suíça. A segunda viagem origina um relatório oficial onde são analisadas as diversas instituições visitadas e referido como paradigma para o hospital escolar de Coimbra, o Hospital de Basileia (Martins, 1995:120-121 e 410-411).

Durante o ano de 1929, relacionado com o seu trabalho para o Instituto de Oncologia, Carlos Ramos desloca-se a onze cidades europeias a fim de estudar as construções hospitalares dessas mesmas cidades. Quase vinte anos mais tarde, em 1947, visita hospitais em Espanha, França, Bélgica, Suíça, Alemanha, Dinamarca, Holanda e Inglaterra (Coutinho, 2001 e Martins, 2004:158).

Sem intenção de que esta identificação seja exaustiva ou completa, interessa apontar estas mais de uma dúzia de situações de viagens de estudo. Estas surgem como parte da pesquisa que suporta os projectos para encomendas públicas de importância, durante estas quatro décadas. Sublinham – até pela representatividade das obras públicas abrangidas por esta medida – a importância dada à observação de situações estrangeiras programaticamente idênticas. O leque amplo dos países visitados (maioritariamente europeus) também ajuda a compreender a importância, qualitativa, deste tipo de acções. O tempo e o dinheiro gastos com estas viagens de estudo eram efectivamente levadas a sério e a elaboração de relatórios sobre estas viagens é disto prova. Investimento pode ser encontrado dos dois *lados* interessados. Se o poder público, através das diversas instituições responsáveis pelos projectos, aceitava e apoiava economicamente estas viagens, também os técnicos as preparavam e sobre elas elaboravam, muitas das vezes como se disse, relatórios que procuravam identificar caminhos a seguir no projecto em causa.

O isolamento face a todo e qualquer exterior não é, como se pensa ter sido demonstrado, completo e absoluto. Outras justificações se poderão encontrar para a dificuldade na digestão da produção estrangeira e mais ousada. Uma possibilidade de leitura pode ser apontada. Como já se referiu, por fragilidade de formação dos próprios arquitectos e do meio cultural mais alargado, a teorização e a crítica são insípidas, pouco continuadas ou nada consequentes. Surge assim uma relação com o que é novo que nunca alcança profundidade e efectivo contributo para o que poderia ser um crescimento sólido dos arquitectos. Porque a crítica, por ter o papel de “lutar conta o esquecimento” (Montaner, 1991:207), permite a construção de um olhar contemporâneo suportado pelo que é a realidade histórica, mais ou menos próxima, e geográfica na tomada de decisão face ao que de *novo* é proposto.

Esta falta de efectivos passado e futuro na reflexão sobre a arquitectura não passa indiferente ao mundo do urbanismo e da construção de cidade. Os modelos existem para ambas as realidades e o uso que se faz deles é identicamente superficial e de curta memória, não deixando sulco que vá mais além da inevitabilidade do concretizado.

6. Bairro Universitário vs. Cidade Universitária

A década de 1920 entra na sua segunda metade sem que a situação pouco adequada das instalações da Universidade da capital sofra, em termos práticos, qualquer alteração. Na última sessão de 1926 do Senado da Universidade de Lisboa, o professor da Faculdade de Letras, João António de Matos Romão, aproveitando ter a palavra recorda a “necessidade imperiosa que há em se instar com o actual governo para se conseguir uma instalação condigna para a Universidade, visto a deficiência das actuais instalações, tanto da Reitoria e Secretaria Geral, como das Faculdades, muito dispersas e uma delas até instalada numa casa arrendada”.⁶

Voltando o tema dos edifícios à discussão por parte desta assembleia, é decidido, em Fevereiro de 1927, ser solicitada “uma audiência de Sua Ex.^a o Ministro da Instrução à qual compareceriam todos os membros do Senado”.⁷ A troca de impressões que antecederá esta decisão e a vontade desta presença massiva por parte dos elementos que compõem o Senado pode ser lido como gesto tanto de envolvimento generalizado no seio da universidade, como de possibilidade de, assim, terem mais capacidade de pressão sobre o ministério da pasta ministerial responsável.

No interior do já vasto território da cidade é de sublinhar a importância do desejo de proximidade entre as diferentes instituições que constituem a instituição. Será uma tomada de posição que não mais se perderá de vista no decorrer de toda a trajectória da materialização da Universidade de Lisboa.

⁶ Sessão do Senado Universitário [Universidade de Lisboa] de 3 de Dezembro de 1926, p.153.

⁷ Sessão do Senado Universitário [Universidade de Lisboa] de 16 de Fevereiro de 1927, p.161.

A solução apontada como mais plausível – e seguramente a mais *económica* – era a da implantação dentro da cidade existente, ocupando a zona do Campo dos Mártires da Pátria. Contava a favor desta localização o facto de alguns edifícios serem já ocupados por “diversos estabelecimentos de ensino”⁸. De facto, a Escola Médica encontrava-se aí instalada desde 1906, tal como a Faculdade de Direito, num edifício “decente na sua fachada”, ainda que “impróprio” no seu interior para o fim a que se destinava (Araújo e Barata, 1938). Finalmente, na esquina com a travessa do Torel, o edifício que o Ministério da Instrução adquirira no final de 1928⁹, ajudava a criar a predisposição deste local da cidade para se transformar num necessário e desejado bairro universitário.

Neste sentido encontramos a notícia publicada, em Dezembro de 1929, sobre a possível aquisição de um palacete que permitisse a ampliação das instalações da Faculdade de Direito. Promovendo uma visita de responsáveis do Ministério da Instrução, tanto ao edifício existente como ao que poderia vir a ser ocupado, “alguns dos seus mais ilustres professores” faziam mais um esforço no sentido de resolverem a escassez das instalações¹⁰.

Segundo o mesmo artigo, também se falara na situação das outras faculdades e órgãos da Universidade de Lisboa. Sobre a proposta de se ocupar o edifício destinado ao Ministério da Instrução com a Reitoria e com a Faculdade de Letras, o ministro Ivens Ferraz “achou interessante a ideia”. Assim, noticiava o jornal, se tudo se encaminhasse como se esperava seria “natural que a Faculdade de Letras e a Reitoria da Universidade” ficassem “instaladas no Campo dos Mártires da Pátria, futuro «Bairro Universitário»”¹¹.

O ano de 1929 encerra com um novo reitor à frente da Universidade de Lisboa, José Caeiro da Mata, e uma tendência para que se concretize a criação do bairro da universidade no centro da cidade, no Campo dos Mártires da Pátria ou de Santana. Vai ganhando, assim, a vontade de agregar as faculdades e outros órgãos universitários sem necessidade de construção nova. Esta versão era também a que a mais curto prazo poderia oferecer todas as instalações necessárias por menor custo: como ao Estado Novo agradava, digno *q.b.* mas sem luxos ou extravagâncias. Esta solução seria, por outro lado, traçar – talvez irremediavelmente – o caminho da adaptação e da não construção de raiz.

Do ponto de vista político, para as duas vertentes da discussão – Bairro Universitário ou Cidade Universitária – podemos encontrar justificações pró e contra. Cada uma delas assentava em ideias distintas do que se queria que fosse o meio académico e de como este se deveria relacionar com a cidade(-sociedade). Se, no primeiro caso, a domesticação e o controle da massa estudantil surgia pela integração no miolo do construído – com o risco de poder ser um paiol de pólvora perigosamente contagiante –, no segundo, este mesmo domínio era procurado através do isolamento e da criação de uma ilha – que poderia funcionar também como fortificação protegendo o que se encontrava no interior do exterior.

O ano de 1930 começa com sinais divergentes dos anteriormente apresentados e com uma alteração irreversível na história da futura Cidade Universitária de Lisboa. A 6 de Fevereiro de 1930, o *Diário de Notícias* publica uma primeira página dedicada à questão da Cidade Universitária de Lisboa. O entrevistado é o arquitecto Carlos Ramos e é publicada uma proposta deste arquitecto para a nova Cidade Universitária de Lisboa “nos terrenos vizinhos do Campo Grande” (Ramos, 1930:1).

Ao longo da entrevista, Carlos Ramos vai explicando porque descarta a possibilidade de Santana e de Campolide, com as suas faltas de espaço para concentrar todos os serviços – principalmente os da Faculdade de Medicina – e o erro de colocar instalações

⁸ ‘Universidade de Lisboa. A instalação das suas Faculdades’ (1929), *Diário de Notícias*, 5 de Jul., 1.

⁹ Decreto n.º 16:251 de 29 de Setembro de 1928 in *Diário do Governo*, n.º 291, I.ª Série, 18 de Dezembro de 1928.

¹⁰ ‘O Bairro Universitário’ (1929), *Diário de Notícias*, 6 de Dez., 1.

¹¹ *Ibidem*.

hospitales perto de zonas de habitação. Qual a solução apresentada? A de construir o “Bairro Universitário de Lisboa em terrenos vizinhos ao Campo Grande” (Ramos, 1930:1). Localização que permitiria a construção de uma Faculdade de Medicina moderna como também comportaria, pela sua imensa área, receber as Faculdades de Letras, de Direito, de Ciências e de Farmácia.

A partir desta entrevista, o *Diário de Notícias* abre o assunto à discussão e durante algumas semanas, de Fevereiro a Março deste ano, vai entrevistando diversas personalidades relacionadas directamente com o tema. O primeiro a ser ouvido é o Vice-reitor da Universidade de Lisboa, Queirós Veloso (1930:1). Segue-se, dois dias depois, a publicação da entrevista com Egas Moniz, director da Faculdade de Medicina (1930:1). É apresentada também a entrevista realizada, quatro dias mais tarde, a Santos Lucas, director da Faculdade de Ciência (1930:1). As opiniões são em geral de concordância, pugnando pela concretização das instalações universitárias que tanta falta faziam ao correcto funcionamento dos diferentes órgãos da Universidade de Lisboa. Segundo é afirmado “dada a importância do problema”, esta ideia de abrir a discussão e “ouvir sobre ele a opinião de entendidos e interessados” era já um desejo deste diário desde “há meses”¹².

A assunção pública, a partir do início de 1930, da intenção da localização da Cidade Universitária de Lisboa no Campo Grande pode ser lida como um acontecimento surpresa, principalmente se consideramos o que no final de 1929 se fazia prever: eventual criação do Bairro Universitário no Campo dos Mártires da Pátria.

Paralelamente a esta vertente mediática de discussão do assunto, vai-se desenrolando o trabalho da comissão encarregue de elaborar um relatório sobre a situação das instalações da Universidade de Lisboa, que o *Diário de Notícias* anunciara haver sido instalada no início de Março de 1930¹³. Nesta notícia informa-nos o jornal que estavam presentes o Reitor, os Directores das Faculdades de Letras, de Ciências, de Medicina e de Farmácia assim como os vogais do Conselho Superior de Instrução Pública e do Senado Universitário de Lisboa. O que nos parece interessante sublinhar é que a referida comissão é convocada para a sua instalação no novo edifício do ministério da Instrução mas quem recebe tão grandes figuras da academia lisboeta não é o próprio ministro da Instrução mas o seu secretário geral, Monteiro de Barros. A fechar a notícia refere que no discurso do secretário geral foi sublinhado a competência dos professores desta comissão que contribuiria para que se cumprisse a necessidade de ser apresentado “um plano de instalações em tudo digno da Universidade de Lisboa, mas de fácil realização e dentro das possibilidades do Tesouro”.

Se junto das elites lisboetas – académicas mas não só – a ideia da Universidade de Lisboa implantada de novo no Campo Grande começava a ganhar mais e mais adeptos, em termos práticos não se assiste, por parte do Governo, a uma defesa pública desta via para o desenvolvimento da universidade da capital. Gustavo Cordeiro Ramos, ministro da Instrução, numa entrevista dada ao *Diário de Notícias* a 19 de Abril de 1930, fala sobre a instrução nacional. Os temas são abrangentes: do analfabetismo e da instrução primária, ao ensino secundário, passando também pelo ensino superior. Relativamente a este último, não é feita qualquer referência à dramática situação de algumas faculdades lisboetas ou à discussão que se vai assistindo à volta da criação de uma Cidade Universitária nesta cidade (Ramos, 1930a:1). O aparente alheamento governamental ecoa e o problema não surge sequer referido.

7. ‘Projecto’ integral Caeiro da Mata

Apesar do frugal apoio governamental, a comissão instalada em Março não fica parada. Do seu trabalho resulta um “projecto integral de instalação universitária”. Este estudo é

¹² ‘A Cidade Universitária de Lisboa...’ (1930), *Diário de Notícias*, 6 de Fev., 1.

¹³ ‘Novos edifícios universitários’ (1930), *Diário de Notícias*, 2 Mar., 1.

apresentado durante este mesmo ano de 1930 ao Senado Universitário que, segundo Carneiro Pacheco, deu a sua aprovação completa ao relatório e projecto implícito (Pacheco, 1934:9).

Excertos deste documento são publicados pelo *Diário de Notícias* a 16 de Junho de 1930. Quatro dias antes, a 12 do mesmo mês, já uma pequena notícia na primeira página do jornal deixava antever o encaminhamento do processo¹⁴. Referia que já tinha sido entregue no ministério da Instrução o “ante-projecto”, esclarecendo sobre o conteúdo programático do mesmo – faculdades, Reitoria, residências de estudantes e parques de educação física – e sobre as estimativas de área, 800.000 metros quadrados, e de custo da obra: 150.000 contos.

Estes dados correspondem efectivamente aos que constam do relatório e que serão posteriormente publicados por extenso¹⁵. O “projecto integral de instalação universitária”, que designaremos por “projecto” integral Caeiro da Mata, era um documento cuidado em termos programáticos gerais. Como indicações de base dizia obedecer a seis princípios: reunião de todas as faculdades e anexos, considerar “terreno suficiente” para futuras residências de estudantes e campos de jogos, “construir, segundo modernos princípios arquitectónicos, edifícios apropriados aos seus fins”, localização com fácil acessibilidade e comunicação com “vários pontos da cidade”, preservar das instalações universitárias existentes tudo o que seja possível e “executar o plano dentro de curto espaço de tempo” (Pacheco, 1934:5-6).

A comissão apresentara como solução para a localização dos edifícios universitários, como já se disse, os terrenos adjacentes ao Campo Grande. Segundo a comissão esta satisfazia as necessidades de área, assim como as de acessibilidade. Um factor que ajudava a esta escolha era o facto de, dos 800.000 metros quadrados considerados necessários, 150.000 já pertencerem à Faculdade de Medicina e 38.000 à Faculdade de Farmácia. O facto de pouco mais de vinte por cento já pertencer à Universidade ajudava a convencer da acessibilidade do preço que poderia custar tal investimento. Por outro lado, o carácter de não-urbanizável que pendia, por herança do plano de 1903 sobre os terrenos a poente do Campo Grande, faria baixar o preço pago aos proprietários aquando das expropriações necessárias.

O relatório identificava ainda sete grupos de edifícios a construir: Reitoria (com secretaria geral, salas de festas, de conferências, biblioteca universitária e outras), Faculdades de Letras, de Direito, de Ciências, de Farmácia e de Medicina (com os respectivos anexos) e, finalmente, o Hospital Escolar para mil cama (Pacheco, 1934:7). No final, ainda era proposto pelo relatório possibilidades de aproveitamento para as instalações existente na época, numa tentativa de mantê-los sob controlo da universidade e de não perder a mais valia que representavam.

O relatório é acompanhado por um esboço de implantação e de conformação esquemática dos edifícios referidos, nos terrenos vizinhos ao Jardim do Campo Grande, para uma ocupação que, segundo os autores, previa a duplicação do número de alunos. Esta proposta toma como base o desenho de vias circulares do parque proposto, em 1903, por Frederico Ressano Garcia para a zona do Campo Grande e, sobre esta estrutura, são colocadas as intenções programáticas transformadas em manchas de eventual construção no território.

Coroando o território surgem as instalações da Reitoria, colocada entre as Faculdades de Letras e de Direito. A separar este núcleo do seguinte encontramos uma via de considerável dimensão, vinda da actual Praça de Espanha. Neste segundo núcleo de construções, encontramos as Faculdades de Medicina e Farmácia, assim como o Observatório.

14 ‘O Bairro Universitário a construir no Campo Grande’ (1930), *Diário de Notícias*, 12 Jun., 1.

15 Ver ‘A Cidade Universitária’ (1930) *Diário de Notícias*, 16 Jun., 9 e Pacheco, 1934:5-7.

A área residencial e a zona dedicada à educação física encostam ao eixo Avenida da Republica/Campo Grande. Entre esta fatia e a Faculdades de Medicina e Farmácia encontramos, de modo fragmentado, os muitos edifício que constituem o Hospital Escolar.

8. Pós-anos 1930, as primeiras acções e âncoras efectivas

Até meados de 1930 nada de concreto acontece. Em 1934, o vice-reitor Carneiro Pacheco publica um relatório onde a história, o presente e futuro das necessidades e das respostas são traçados (Pacheco, 1934). Das referências estrangeiras uma é de ressaltar. Carneiro Pacheco explica a colocação relativa próxima dos edifícios principais que vamos encontrar na proposta de Caeiro da Mata e que o primeiro projecto de Porfírio Pardal Monteiro também considerará. Os edifícios da Reitoria, Letras e Direito surgem como três corpos distintos mas vizinhos e ligados, em diferentes pisos, por galerias. A génese de referência mais próxima a esta opção – e cuja planta é apresentada no final do livro – é a Universidade Livre de Bruxelas, onde ao centro se encontra o Edifício Central e lateralmente encontramos a Faculdade de Direito e a Faculdade de Filosofia (Pacheco, 1934: doc. 4). No conjunto desta Universidade, tal como nas propostas de Pardal Monteiro, cada um dos corpos organiza-se ao redor de um ou mais pátios.

O ano de 1935 será um ano de decisões e de acções, um ano com avanços suficientes para alimentar finalmente todos os optimismos. Será também o ano em que os arquitectos entram em acção nos projectos das instalações da Universidade de Lisboa. A encomenda é efectuada a Porfírio Pardal Monteiro em Outubro. Os edifícios que lhe são encomendados são a Reitoria, as Faculdades de letras e de Direito e as instalações de estudantes¹⁶. Num segundo momento esta última deixa de ser da responsabilidade da proposta de Pardal Monteiro. Será mais tarde, já em meados da década de 1950, entregue ao jovem arquitecto M. Norberto Corrêa e será inaugurada, parcialmente concretizada, em 1962.

O hospital era um programa de enormíssima complexidade, de tal modo que os responsáveis consideraram aconselhável chamar-se um técnico com provas dadas. No final de 1937, o alemão Hermann Distel é considerado o arquitecto mais adequado para a tarefa. A presença de uma comissão de representantes portugueses no Congresso da Associação Internacional dos Hospitais, realizado em Itália em 1935, faz com que o contacto com o, à altura, presidente da associação, estabelecesse a colaboração futura. Distel virá a ser, como afirma Gentil, o responsável pela “parte arquitectónica” (Gentil, 1938).

Num sentido completamente oposto à referência de *campus* inglês existente, encontramos a proposta de Hermann Distel para a implantação e enquadramento urbano do edifício do Hospital Escolar. Datada de Janeiro de 1939, a proposta do arquitecto alemão designada por *Arranjo da zona dos edifícios universitários* trabalha a implantação com um elevado grau de abstracção, que a ausência de referências urbanas e preexistências em geral parece indicar¹⁷. Os dois eixos de circulação limítrofes, a poente e a nascente, respectivamente a futura Avenida dos Combatentes e o Campo 28 de Maio, são os únicos sinais de realidade do lugar contidos na proposta. Para lá deste *autismo* com o lugar efectivo de projecto, este *arranjo* demonstra um total desconhecimento, ou vontade de não ter em consideração, os planos que a Comissão Administrativa para os Novos Edifício Universitários vinha desenvolvendo, não apresentando qualquer indício que o relacione com as propostas já existentes. As obras

16 Cf. Carta da Comissão Técnica à CANEU, de 15 de Agosto de 1935, Caneu/Caniu, Processo 100, “Porfírio Pardal Monteiro”, Pasta 1, Ministério da Educação, Divisão de Documentação e do Património Cultural, Arquivo “24 Julho”.

17 “Arranjo da Zona dos Edifícios Universitários”, Janeiro de 1939, assinado por Hermann Distel, Arquivo do Gabinete Técnico da Universidade de Lisboa.

do Hospital Escolar serão iniciadas em 1944 e é oficialmente inaugurado a 27 de Abril de 1953, ainda que a sua abertura ao público só aconteça no ano seguinte.

9. *Notas Finais*

A análise histórica que propusemos de um quarto de século da vida da Universidade de Lisboa e conseqüente territorialização, resulta de um problema de estudo marcado, num primeiro momento, pela ausência e protelação sucessiva. Posteriormente, identificámos um somatório de acções dispersas, próprias da instituição ou herdadas, que vão moldando o caminho da qual a Cidade Universitária de Lisboa resulta.

As primeiras heranças indicadoras que se misturam são, por um lado, a proposta *ressaniana* para os terrenos possíveis e, por outro, uma *precoce* fixação territorial parcial (das Faculdades de Medicina e Farmácia). A proposta de Ressano Garcia surge com duplo carácter de influência, quer pelo traçado orgânico que o parque proposto continha e que se adequava a receber implantações de construções, aproximando-a a uma eventual cidade universitária do modelo de *campus* inglês, quer pelo carácter de não-urbanizável que tais terrenos tinham, embaratecendo as futuras expropriações. Neste sentido, igualmente numa procura de baixar o investimento, a propriedade de quase 200.000 m² ser já de Medicina e Farmácia – próximo de um quarto da área considerada necessária – indicava que, a fazer-se construção nova, esta deveria ser no território a Poente do Campo Grande.

O único traço de projecto que alimenta este início é, como já vimos, o desenho romântico e verde de Ressano Garcia. Tardará até que os técnicos da arquitectura e do urbanismo sejam chamados a agir. Quando isso acontece já a maior parte das decisões fundacionais foram tomadas. A sua eventual frágil imagem junto, quer das elites académicas, quer da sociedade em geral, protelaram este encontro até ao limite do possível.

Percebe-se neste processo que nem sempre o que acaba por se realizar como construção é o factor de modelação mais importante. Muito do que uma vez, parte de uma proposta com sentido variável, acabou por organizar os passos seguintes sem que se efectuasse a digestão do que se ia realizando, cumprindo uma aparente sucessão de fantasmas e de heranças não digeridas. As sucessivas intervenções são enquadradas por ideias que se dissolvem no tempo mas que deixam, sobre o território, *marcas de água* de invisível presença.

Destas podemos sublinhar, por um lado, a vontade agregadora de construir de novo em território à margem da cidade e, por outro, a proximidade, primeiro num quase-edifício único, depois com uma rua de distância e a mesma assunção formal, dos edifícios da Reitoria e Faculdades de Letras e Direito. Esta *fixação* inicial nestes três edifícios como se de um se tratasse, paralelamente à concretização *autista* do Hospital, marcaram uma bipolarização que o desenho deste território nunca digeriu. A alameda que serviria simbólica e funcionalmente o coração do território permanece esvaziada de sentido e o conjunto de vias que atravessam a Cidade Universitária de Lisboa massacram-na com velocidade e funções estrangeiras ao território, fragmentando até ao limite.

Os territórios, complexos como já se referiu, vão sofrendo alterações e ocupações que lhes deixam a memória tornada materialidade. Esta materialidade, a que Manuel de Landa chama de exosqueleto da humanidade (2000), define permanência e mudança e, por isso, é necessariamente suporte à fixação da referência e caminho do acontecimento por acontecer, conformando e organizando acções futuras. Neste jogar permanente com o existente, construído ou intuído, instala-se um exercício de justa memória. O passado territorial sofre o luto necessário e liberta o presente, libertando o futuro (Ricoeur, 2003). Este difícil e, neste caso, incompleto jogo entre as ideias, urbanas e políticas, assim como a compreensão da dimensão da construção de tecido urbano em larga escala, terá hipotecado a possibilidade de realização de um território que, tanto a nível

universitário estrito como a nível mais amplamente simbólico, fosse marca consistente e de referência num território mais alargado de uma cidade capital.

10. Referências

Araújo, N. de e Barata, M. (1938) *Peregrinações em Lisboa*, Livro IV (A. M. Pereira, Lisboa).

Câmara Municipal de Lisboa (1938) 'Reunião de 16 de Junho de 1938', *Actas das Reuniões da Câmara* 1-13, 12-14.

Corrêa, M. N. (1956) *Instalações [para os] Estudantes Universitários*. Relatório (dactilografado, Lisboa).

Coutinho, B. S. (2001) *Carlos Ramos (1897-1969): Obra, Pensamento e Acção. A procura do compromisso entre o Modernismo e a Tradição* (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa).

Estevens, M. S. (1953) *Bibliotecas do Reino Unido, Eire, Bélgica, Holanda e França* (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra).

Ferro, A. (1935) *Salazar, o Homem e a sua Obra* (Emprensa Nacional de Publicidade, Lisboa).

Gentil, F. (1938) *Sobre o Hospital-Faculdade de Lisboa* (dactilografado, Lisboa).

Kostof, S. (2000) *The Architect. Chapters in the History of the Profession* (University of California Press, Berkeley; Los Angeles; London).

Landa, M. de (2000) *A Thousand Years of Nonlinear History* (Swerve Editions, New York).

Lucas, S. (1930) 'A Cidade Universitária de Lisboa. O que a seu respeito nos disse o director da Faculdade de Ciências, prof. Santos Lucas', *Diário de Notícias*, 18 Fev.

Martins, J. P. (1995) *Cottinelli Telmo / 1897-1948 a obra do arquitecto* (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa).

Martins, J. P. (2004) 'Arquitectura Moderna em Portugal: a Difícil Internacionalização. Cronologia', in Tostões, A. ; Costa, S. V. (ed.) *Arquitectura Moderna Portuguesa. 1920-1970* (IPPA, Lisboa) 156-171.

Moniz, E. (1930) 'A Cidade Universitária de Lisboa e as considerações que a seu respeito faz o ilustre director da Faculdade de medicina, professor Egas Moniz', *Diário de Notícias*, 14 Fev.

Montaner, J. M. (1991) *Fills de Blade Runner* (Columna, Barcelona).

Montaner, J. M. (1997) *La Modernidad Superada: Arquitectura, Arte y Pensamiento del Siglo XX* (Gustavo Gili, Barcelona).

Pacheco, C. (1934) *Relatório Sobre as Mais Precárias Instalações da Universidade de Lisboa* (Emprensa Nacional de Publicidade, Lisboa).

Pacheco, A. A. (1998) Porfírio Pardal Monteiro / 1897-1957. A obra do arquitecto (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa).

Portas, N. (1978) 'A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação', in Zevi, B. (ed.) História da Arquitectura Moderna, vol. 2 (Arcádia, Lisboa).

Ramos, Carlos (1930) 'Cidade Universitária de Lisboa deve erguer-se, conforme a autorizada opinião do arquitecto Carlos Ramos, em terrenos vizinhos do Campo Grande', Diário de Notícias, 6 Fev., 1.

Ramos, G. C. (1930a) 'Uma entrevista com o senhor ministro da Instrução', Diário de Notícias, 19 Mar., 1.

Ribeiro, P. E. C. (1996) Teoria e Crítica em Portugal 1921-1940 (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa).

Ricoeur, P. (2003) La Memoria, la Historia, el Olvido (Editorial Trotta, Madrid).

Rosas, F. (1992) 'Introdução', Rosas F. (ed.). Portugal e o Estado Novo (1930-1960), vol. XII (Editorial Presença, Lisboa) 9-18.

Universidade de Lisboa (1928) Anuário da Universidade de Lisboa. Ano Lectivo de 1919-20 (Imprensa Nacional, Lisboa).

Veloso, Q. (1930) 'A Cidade Universitária de Lisboa e o que a seu respeito nos disse o Professor Queirós Veloso, vice-reitor da Universidade', Diário de Notícias, 12 Fev., 1.

Waisman, M. (1977) La Estructura Histórica del Entorno (Nueva Visión, Buenos Aires).